

Três pistas para entender a desigualdade de renda no Brasil

dcomercio.com.br/categoria/economia/tres-pistas-para-entender-a-desigualdade-de-renda-no-brasil

19/09/2017

Economia



Novos estudos corrigem as distorções constatadas quando os brasileiros mais ricos são entrevistados pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad), do IBGE



Por **João Batista Natali** 19 de Setembro de 2017 às 13:00

| Editor contribuinte natali@uol.com.br

Três estudos põem o dedo nas duas feridas doloridas da sociedade brasileira: a pobreza e a [desigualdade de renda](#).

São, pela ordem:

- 1) trabalho do sociólogo Pedro Souza ([Ipea](#) e UnB), mostrando que, entre 2016 e 2013, se manteve a desigualdade de renda;
- 2) dados mais recentes do [FGV Social](#), demonstrando que, com a recessão, 6 milhões voltaram à pobreza; e
- 3) estudo da instituição dirigida pelo economista francês [Thomas Piketty](#), revelam que os mais ricos abocanharam uma parcela maior que os mais pobres, na riqueza gerada entre 2001 e 2015.

Uma ressalva inicial. Não se trata de uma discussão política para saber se o Partido dos Trabalhadores “enganou”

a população, ao afirmar que a diferença entre ricos e pobres diminuiu durante os governos de Lula e Dilma (2003-2016).

A questão é bem mais técnica, e envolve o perfil de um mercado, que efetivamente cresceu antes que a recessão se instalasse.

Para um lojista, por exemplo, interessa muito mais a afirmação do especialista **Marcelo Neri, diretor do FGV social**, um periscópio sobre a renda instalado no Rio de Janeiro.

Ele disse à *Folha* nesta segunda-feira (18/09) que entre 2003 e 2014 o varejo cresceu 112%, número bem superior aos 62% de aumento da renda média dos brasileiros ou de 28% do aumento do PIB.

Ou seja, os brasileiros, sobretudo os mais pobres, passaram a comprar mais, e é isso que prioritariamente interessa.

O problema, no entanto, está em saber se o crescimento do varejo poderia ser maior, caso a distribuição de renda não fosse tão visceralmente desigual.

OS NÚMEROS DO IBGE

O país tem a sorte de possuir uma instituição com o apartidarismo e o padrão técnico do **IBGE**, que desde o censo de 1960 também registra a renda dos brasileiros.

E que publica periodicamente a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad), uma referência para o mercado e para os estudos acadêmicos.

Pois bem, pela Pnad, a renda dos 10% mais ricos diminuiu entre 2001 e 2014. Eles tinham 47,4% das riquezas, e passaram a ter 40,9%.

Esses dados foram obtidos por meio de entrevistas. Mas nem sempre por má vontade ou segundas intenções, os mais ricos deixam de atender os pesquisadores ou então omitem a renda que recebem de aluguéis, investimentos ou dividendos de empresas.

Ou seja, o retrato obtido pelo IBGE poderia, teoricamente, subestimar o tamanho da riqueza dos mais ricos.

O que foi confirmado na prática, de acordo com pesquisa publicada pelo sociólogo Pedro Souza. Ele procurou corrigir a subnotificação dos mais ricos, por meio de dados do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Esses dados estão disponíveis apenas a partir de 2015, quando a **Receita Federal** passou a coletar informações para esse tipo de estudo.

Entre 2006 e 2013, os 15% mais ricos permaneceram como donos de uma parcela ligeiramente maior das riquezas. Os mais pobres ganharam espaço – formalidade do emprego, 50% do aumento real do Salário Mínimo -, mas os mais ricos não saíram perdendo.

Esse mesmíssimo fato foi retomado pelo economista Marc Morgan, do World Wealth and Income Database, o instituto dirigido por Piketty.

Duas constatações do trabalho, que também corrigiu os números da Pnad pelos dados do IR das pessoas físicas.

Primeira: os 10% mais ricos, entre 2001 e 2015, passaram de 54% para 55% da renda nacional. Os 50% mais pobres passaram de 11% para 12%, e a faixa intermediária perdeu 2 pontos percentuais.

Segunda, e muitíssimo mais importante: com a expansão econômica do período, os mais ricos ficaram com 61% das novas riquezas, enquanto os mais pobres só abocanharam 18%.

Ou seja, não ocorreu uma diminuição da diferença entre quem tem muito dinheiro e quem não tem quase nada. Ao contrário de um dos axiomas políticos que circulava nos governos do PT. E não necessariamente por má fé, já que eles se apoiavam no IBGE.

AUMENTO DA POBREZA

Não bastassem esses indicadores, eis que o **FGV Social**, instituição de maior capilaridade em questões sociais, divulga estudo segundo o qual a **pobreza** não apenas deixou de cair (ela chegou a 8,4% em 2014), mas também subiu barbaramente e chegou a 11,2% em 2016.

Esses chamados “novos pobres” totalizam 5,9 milhões de brasileiros. São aqueles que haviam deixado de ser pobres, mas voltaram a sê-lo com a recessão.

Mesmo assim, eles ainda compõem um contingente bem menor que os 27,9% dos pobres, registrados em 2003.

Em tempo. Tecnicamente, é pobre alguém cuja renda domiciliar per capita seja inferior a R\$ 223 por mês.

O **FGV Social**, dirigido pelo economista **Marcelo Neri**, que já presidiu o Ipea e foi ministro de Assuntos Estratégicos de Dilma Rousseff, não traz apenas más notícias.

A renda média que no quarto trimestre de 2014 estava em R\$ 809 e despencou para R\$ 754, no terceiro trimestre do ano passado, já recuperou um pouco de espaço e chegou a R\$ 773.

Outro dado desse setor da **FGV-RJ**: com a crise econômica, os 10% mais pobres perderam 11,4% de renda. Bem mais que os 7,4%, segundo o estudo, perdidos pelos mais ricos.

FOTO: *Favela da Rocinha/Fernando Frazão/Agência Brasil*
